

AS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO DA  
TERRA NO MATO GROSSO DO SUL<sup>1</sup>

*LAS PERSPECTIVAS EM RELACIÓN COM EL  
DOMINIO DE LA TIERRA EN EL MATO  
GROSSO DO SUL*

*THE PERSPECTIVES IN RELATION TO THE  
DOMAIN OF THE LAND IN MATO GROSSO DO SUL*

José Roberto Nunes de Azevedo

*Professor da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.*

*Email: azevedogeo@hotmail.com*

**Resumo:** Como consequência de nossas pesquisas realizadas no interior do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), vinculado ao curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da UNESP de Presidente Prudente (SP), e da pesquisa realizada para obtenção do título de Mestre em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD (MS), escrevemos esse artigo cujo objetivo é apresentar um dos principais elementos em destaque no âmbito da expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul, qual seja, o domínio da terra e o conflito latente entre os proprietários/produtores rurais e o capital agroindustrial personificado pelas empresas. Neste cenário, nos preocupamos em enfatizar o caráter monocultor da cana-de-açúcar, a qual avança pela paisagem sul-mato-grossense substituindo antigas áreas de pastagens/lavouras, promovendo a dependência dos ditos donos da terra e impondo o ritmo do agronegócio.

**Palavras-chave:** proprietários rurais; agroindústria; domínio da terra; monocultura; Mato Grosso do Sul.

**Resumen:** En consecuencia de nuestras investigaciones realizadas en el Centro de Estudios de Geografía del Trabajo (CEGET), vinculado al curso de Geografía de la Facultad de Ciencias y Tecnología (FCT) de la UNESP de Presidente Prudente (SP), y de la investigación realizada para obtención del título Master en Geografía

---

<sup>1</sup> Texto resultante da dissertação de Mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD/MS, sob orientação do Prof. Antonio Thomaz Júnior, em 2008.

en el Programa de Pós-graduação em Geografia de la UFGD (MS), escribimos este artículo] con el objetivo de presentar uno de los principales elementos en destaque en el ámbito de la expansión de la agroindustria de la caña de azúcar en Mato Grosso do Sul, a saber, el dominio de la tierra e el conflicto latente entre los propietarios/productores rurales y el capital agroindustrial personificado por las empresas. En este escenario, nos preocupamos en enfatizar el carácter monocultor de la caña de azúcar, que avanza en el paisaje sul mato grossense substituyendo antiguas áreas de pastaje/plantaciones, promoviendo la dependencia de los dichos dueños de la tierra e imponiendo el ritmo del agronegocio.

**Palabras claves:** propietarios rurales; agroindústria; dominio de la tierra; monocultura; Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** As a consequence of our activities performed in the Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGET (Labour Geography Study Center), linked to the Geography Course of the Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT (Technology and Sciences College) of UNESP from Presidente Prudente (SP), and of the research conducted to obtain the title of Master in Geography of the Post-graduate Course in Geography of UFGD (MS), we wrote this article whose aim is to present one of the main elements which stands out in the sugar-cane agro-industry expansion in Mato Grosso do Sul, *i.e.*, the domain of the land and the latent conflict between owners/rural producers and the agro-industrial capital personified by the enterprises. In this context, we tried to emphasize the monoculture character of the sugar-cane crops, which advances through the sul-mato-grossense landscape replacing old tillage areas and pastures, hence promoting the dependence of the land owners and imposing the rhythm of agribusiness.

**Key words:** rural owners; agro-industries; land domain; monoculture; Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

No Mato Grosso do Sul, constatamos por meio de entrevistas realizadas com diversos atores sociais – representantes de usinas, sindicalistas, trabalhadores, produtores rurais – a notória questão: qual será o papel da cana-de-açúcar, no âmbito estadual? Na verdade, essa inquietação reflete propósitos diferentes, pois, enquanto os empresários têm a meta de auferir lucros com a atividade exploratória, o trabalhador busca receber um preço justo pela venda da sua força de trabalho, enquanto o produtor quer receber a renda da terra e garantir, assim, sua reprodução.

Todavia, do ponto de vista do pesquisador, apareceu de imediato como uma dúvida circunstancial: como as usinas farão para garantir os seus estoques de terras? Afinal, não há moagem sem matéria-prima.

Para o Diretor Executivo do Sindal/MS, Paulo Aurélio Vasconcelos (2008), “o volume de cana a ser moída no MS é algo em torno de 22 milhões de toneladas, sendo que o perfil das usinas é de ter áreas arrendadas, que chamamos ‘de cana própria’”. Entretanto, o sindicalista adverte que, “com a entrada de novas unidades, este perfil está mudando de acordo com a concepção de cada empreendimento, sendo que é certa a presença dos fornecedores, [...] num percentual que pode chegar até a 50% de cana”.

Nesse sentido, uma marca indelével da agroindústria canavieira é a concentração de terras, sendo que, no Centro-Sul, a base latifundiária “fica explicitada nas maiores áreas médias, tanto a colhida como a área média total dos estabelecimentos que tinham na cana sua atividade econômica” (RAMOS, 2007, p. 57). De fato, as pequenas unidades de produção, embora apresentem superioridade em número de estabelecimentos destinados ao plantio da cana-de-açúcar, significam, no cômputo geral, a menor fatia<sup>2</sup>.

A partir das políticas de incentivos ao capital, visualizamos que a área com a cana-de-açúcar tem crescido num ritmo acelerado, nos últimos três anos, sendo que seu ponto culminante pode ser constatado nos dados de 2007, quando o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior expansão proporcional em sua área de plantio com a gramínea, figurando-se em sexto lugar entre os maiores produtores em nível nacional, a partir de um incremento em relação ao ano de 2006 de 27% na produção canavieira, o que representa territorialmente 43 mil hectares a mais.

No Mato Grosso do Sul, são múltiplos os casos de absorção pelo capital canavieiro de minifúndios, os quais são de diferentes origens e envolvem diferentes relações de produção. Observemos, pois, alguns exemplos desse panorama no Estado, bem como indicações sobre o estoque de terras pelas unidades produtivas.

---

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto, consultar Oliveira (2003, p. 140-141).

## AS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO

Conforme matéria do *JornalCana* de maio de 2007, intitulada “O avanço da cana sobre o pasto”<sup>3</sup>, existe uma clara preocupação acerca da expansão desmedida da cana sobre as áreas de pecuária, uma vez que “não se pode admitir que o entusiasmo em torno do ouro verde prejudique o desenvolvimento de setores que também possuem peso inegável na balança comercial como a pecuária”.

Nesse contexto, marcadamente como prova da concorrência existente entre setores do agronegócio e no interior da classe dominante, é destacado que “a posição privilegiada da pecuária nacional ainda não sensibilizou as autoridades, ao contrário do que ocorre com a cana”, o que demonstra um determinado despeito quanto aos cuidados ensejados à atividade canavieira, na história brasileira, mas, fundamentalmente, nos últimos anos, os quais não acontecem na mesma proporção com a pecuária, como assinala Pineda (2007), que conclui: “se canalizarmos a energia somente em torno da cana-de-açúcar, estaremos regredindo, numa espécie de retorno à monocultura dos tempos do Império. Um retrocesso que pode custar caro”.

É preciso, no entanto, questionar o caráter dessa monocultura, pois, independentemente da sua origem e das suas características fisiológicas, teremos o seu caráter concentracionista embutido e expropriatório, nas suas raízes. Assim, ao nosso ver, não é relevante discutir qual dos cultivares merece maior destaque, no âmbito da agropecuária nacional, afinal o que de fato é importante é justamente conseguir obter da terra em proporções justas os diferentes gêneros alimentícios dos quais temos precisão, inclusive para exportar o excedente.

Cabe, neste momento, a reflexão de Thomaz Júnior (2007, p. 11-12), o qual salienta:

Os desdobramentos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais evidenciam significativa amplitude, a começar pela intensificação dos problemas já conhecidos antes do *boom* e que, daqui para frente, a continuar a ofensiva do capital e dos governantes que falam em nome desse projeto de

---

<sup>3</sup> Matéria assinada por Nelson Pineda, que é engenheiro, pecuarista e diretor técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.

sociedade amparado nas grandes estruturas de produção, nas monoculturas, nos monopólios e nas desigualdades sociais, a intensidade da expansão da *cultura* da cana-de-açúcar, fundada nas grandes extensões de terra e na monocultura, bem como a conversão de alimentos para a produção de combustíveis para carros de passeio, somente vai consolidar outra *cultura*, a do consumismo; trata-se de uma cultura marcadamente destrutiva, a qual poderá promover um grande dinamismo na economia embora a produção de alimentos esteja ainda seriamente ameaçada.

Interessante apontar que, conforme observamos em diversas entrevistas, realizadas durante a pesquisa, é predominantemente destacado que a produção canavieira não será responsável pela diminuição das áreas de pastagem, nem mesmo de soja, vindo a cana-de-açúcar propiciar a recuperação da terra degradada desde décadas, que agora, mediante massivos investimentos das agroindústrias canavieiras, estarão aptas para quaisquer outras culturas, após a entrega da terra ao proprietário, inclusive para a agricultura.

De acordo com Gonçalves (2007, p. 02),

[...] o Brasil tem as terras mais baratas do mundo, isso está acontecendo aqui, as usinas têm muitas parcerias com grupos americanos, franceses, então a área da usina é 40-50 mil hectares, elas compram 5-10 mil mais, porque a terra mais barata do mundo é aqui no Brasil, agora isto tem o lado bom, pois ajuda os produtores a crescer, o produtor nosso está endividado, os bens dele desvalorizados, então é uma maneira de o “cara” recuperar a auto-estima e até acabar com a dívida dele, porque o arrendamento da cana dá 3 vezes mais que a pecuária, plantar soja; e plantar cana dá 5-6 vezes mais, essas coisas, é que aí você fala “o governo não pode proibir você”, vai proibir se você está vendo que dá 3-4 vezes mais, isso é o mercado, quem é o governo para falar “não planta mais cana” o “cara” faz a conta e vê que dá 3 vezes mais, não tem jeito, né?

Dessa maneira, o entrevistado aponta o arrendamento como solução principal para superação das dificuldades financeiras dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul, embora, como poderemos

averiguar posteriormente, existe o interesse no que tange ao capital canavieiro de não ficar refém dos arrendatários, o que implica a compra de terras, em alguns casos.

Todavia, se analisarmos do ponto de vista do preço pago pelo hectare, no caso do arrendamento, percebemos que este se torna viável, se comparado, por exemplo, ao Estado de São Paulo, uma vez que, segundo o gerente-executivo do Sindal/MS, Paulo Aurélio Vasconcelos, no Mato Grosso do Sul gira entre 6 a 10 t/ha, o que corresponde a aproximadamente R\$150,00 ou 6 sc./ha de soja<sup>4</sup>.

Exemplo desse aspecto pode ser observado no município de Bataguassu, onde, pelo depoimento de Natanael Camargo, responsável pela área administrativa da unidade Itaguassu<sup>5</sup>, a empresa está em fase de formação de canaviais em Bataguassu, sendo que a maioria dos mesmos se dá em forma de arrendamento. O entrevistado apontou que o grupo não adquiriu terras no município, sendo a origem das mesmas principalmente aquelas cujo destino hoje em dia é a pecuária extensiva, que, por sua vez, é degradada e demanda maior cuidado. Contudo, conforme pudemos constatar junto a fontes secundárias, tais como informativos locais, a unidade demanda cerca de 60 mil hectares de cana-de-açúcar para o seu pleno funcionamento, sendo que 60% dessa área serão da própria empresa e os demais 40% de fornecedores, os quais deverão se configurar como “acionistas do empreendimento”.

O referido entrevistado acredita que não haverá disputa entre as empresas em se tratando da constituição de unidades produtivas em municípios vizinhos, e entende que o preço da terra será definido pela oferta e procura, e que é natural esse processo<sup>6</sup>.

Relacionado a isso, temos visto em alguns RIMAs por nós apreciados durante a pesquisa, a ocorrência de medidas mitigadoras pelas agroindústrias, que visam a diminuir o impacto da sua instala-

---

<sup>4</sup> Assim, ao compararmos o rendimento de algumas culturas, com base nos dados da Fundação MS e PKS Consultoria, verificamos que enquanto a pecuária apresenta um rendimento médio por hectare de R\$56,85, as culturas perenes alcançam R\$675,60, as anuais R\$454,70 e a integração agricultura-pecuária o montante de R\$666,75.

<sup>5</sup> Sobre a referida agroindústria é interessante consultar matéria publicada no *JornalCana* de maio de 2007 intitulada “Itaguassu quer ser modelo para o país”, p. 17.

<sup>6</sup> Conforme entrevista realizada no município em 30 de julho de 2007.

ção, como, por exemplo, na usina Alavanca Bioenergia, que pleiteia se instalar em Nova Alvorada do Sul e que pretende

[...] priorizar o arrendamento de terras atualmente utilizadas por pastagens e com áreas médias e grandes, que possuem a reserva legal devidamente averbada e as áreas de APP preservadas”, bem como “manter a articulação com o CTC, visando o melhoramento tecnológico e genético, de modo a obter melhor rendimento agrícola e desta forma, reduzir a área necessária para o cultivo (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2008, p. 146).

Verificamos, em alguns casos, uma relação direta entre a instalação das agroindústrias e o fato de os empresários possuírem terras próprias na área, tais como percebemos em Anaurilândia, Batayporã, Dourados etc. Assim, em Anaurilândia, por exemplo, além das áreas próprias, como as fazendas Santa Clara e Nova Aurora, nas quais se efetivará a instalação da planta industrial, além de se territorializar o plantio dos primeiros 400 hectares com cana-de-açúcar para mudas, respectivamente, Fioravante Scalon realizou contratos de parceria com outros proprietários da região, como com Orlando Morando, que possui fazenda no município, denominada “Morando II”, a qual já recebeu, segundo nos informou o diretor operacional do grupo, Carlos Eduardo Nogueira Mollo, por nós entrevistado em novembro de 2007, 100 hectares já no início da instalação da usina, sendo que o produtor deverá ampliar essa área com o início da operação industrial.

Neste último caso, percebemos que as unidades processadoras mais antigas do Mato Grosso do Sul se baseavam no conjunto de terras próprias, arrendadas e de parceiros, com predomínio da segunda, sendo que os fornecedores correspondiam a uma expressiva proporção dessa fatia da produção. Todavia, parece-nos que atualmente tende-se a se difundir o sistema de arrendamento e consequente diminuição da participação de parceiros.

Em Nova Andradina, segundo pudemos constatar junto ao STR local, a principal forma de obtenção de terras pelas agroindústrias canavieiras é pelo arrendamento, feito por sete anos. Para o Gerente Agrícola da Energética Santa Helena, Adalberto, a cana-de-açúcar é própria, sendo que o percentual de fornecedores é de 3% do total.

Outro exemplo ocorre em Vicentina, onde a Central Energética Vicentina já efetivou contratos de arrendamento com proprietários locais com duração de seis anos, tendo em vista o funcionamento operacional (moagem) da matéria-prima, a partir de 2008.

Posicionamentos semelhantes obtivemos junto a outras empresas contactadas, como, por exemplo, a usina Passatempo, de Rio Brillhante, a qual, conforme trabalhador do quadro agrícola, funciona apenas mediante terras arrendadas. Para Alex Jango, trabalhador da agroindústria em questão, no cenário de reestruturação do grupo observa-se a expansão do seu potencial produtivo nas próximas safras, o que significa ultrapassar a sua capacidade de moagem, que é atualmente de 1,8 milhões de toneladas, para cinco milhões. Reflexo desse intento é a audiência pública que ocorreu no município, em 7 de novembro de 2007, para ampliação dos já estabelecidos 35 mil hectares para 60 mil hectares, que serão destinados ao plantio de cana-de-açúcar.

Já na unidade Eldorado, pudemos entrevistar Fabiano Augusto, o qual nos informou que existem áreas próprias, arrendadas e de parceiros, sendo que somente a cana-de-açúcar de fornecedores caracteriza 50% do total, que é de aproximadamente 20 mil hectares plantados, os quais estão territorializados, sobretudo, em Rio Brillhante, num raio de atuação de aproximadamente 40 km da sede da agroindústria. O entrevistado nos explicou que, no fornecimento da matéria-prima, geralmente é a empresa fornecedora que faz o corte, enquanto a usina transporta a matéria-prima até a planta fabril; contudo, há fornecedores que também se responsabilizam por todo o processo, sistema que deverá valer para todos, em 2008, como afirma Fabiano, na medida em que serão responsáveis por fazer o CCC.

Em Maracaju, conforme entrevista com o representante do Sindal, Paulo Aurélio Vasconcelos, temos também a relação entre a usina, os fornecedores e os arrendatários da área, mas, nesse caso, não nos foi revelado qual a proporção empregada.

Em Batayporã, captamos, em entrevista com Alexandre Moraes, do Sindicato Rural de Batayporã, em 13 de setembro de 2007, que as unidades produtivas estão arrendando terras no município; porém, a preocupação é maior, porque as áreas arrendadas são as que antes eram destinadas à pecuária, de sorte que aqueles que “tocavam roça” continuam na mesma atividade. Nesse sentido, aponta que



pode ocorrer um desequilíbrio, motivado por uma “precipitação em se instalar no Estado tantas usinas em determinado momento”, tendo faltado planejamento, diz ele.

Entretanto, em entrevista com Werner Semmelroth<sup>7</sup>, Diretor Agrícola da Usina Laguna de Batayporã, verificamos que a situação é outra, no caso dessa agroindústria, porque esta trabalhará somente com terras próprias. Assim, conforme o entrevistado, “a gente só vai tocar terra própria, pois não compensa imobilizar capital em terras arrendadas, pelo menos nos três primeiros anos de funcionamento; posteriormente, poderemos pensar em alguma coisa, mas por enquanto a terra tem que ser própria”.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (2003, p. 140), quando destaca que “os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde plantam”. Ou seja, para o autor, “criam-se, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra” (OLIVEIRA, 2003, p. 140).

Vale ressaltar que a agroindústria pretende fazer parcerias para garantir matéria-prima sem, contudo, “ficar nas mãos de proprietários rurais que de uma hora para outra podem não cumprir com o estabelecido, provocando eventualmente falta de cana-de-açúcar no processo produtivo”, afirma Semmelroth.

Assim, de acordo com o mesmo dirigente,

[...] quando forem necessárias mais terras, vamos nos associar com quem já lida com a terra, em especial os produtores de soja, pois é arriscado fazer negócio com fazendeiros, porque eles já não têm muito interesse em cuidar da terra, sendo que querem apenas o dinheiro e não estão nem aí, podem numa dessas pegar o dinheiro e deixar de investir o necessário na cultura, cair a produtividade, e a gente perder; é preciso ter pessoas comprometidas com o negócio.

---

<sup>7</sup> De acordo com entrevista realizada durante Trabalho de Campo, em 12 de novembro de 2007, em Taqarussu/MS.

Não obstante, temos que ressaltar em Nova Andradina a parceria do grupo Cerona com a Cooperativa Regional dos Produtores de Grãos do MS (Coopergrãos), com o objetivo de promover o plantio da soja em terras cedidas pela usina, através dos cooperados, tendo em vista a rotação de cultura, o que, do ponto de vista da empresa, é um ótimo negócio.

Esse assunto nos coloca diante de questões como dependência do pequeno produtor em relação ao capital e sua consequente expropriação da terra, mediante o cerco do capital, pois acaba a soberania do produtor sobre a área, sendo este obrigado a auferir renda do dinheiro recebido a partir de outros negócios, sob pena de ter que vender a terra para o empresário, o que pode ser dimensionado pela fala do presidente do STR de Nova Andradina, Adilson Remelli<sup>8</sup>, quando nos destaca que “os donos de terras acabam ficando escravos de usinas, [...] nunca mais retornando em sua atividade antiga”.

Podemos refletir ainda sobre o constante assédio às terras dos assentados, no Mato Grosso do Sul, recordando as palavras de Ferrante (2007, p. 12), quando discute os assentamentos e a expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo:

Dentro da parceria com os assentados, plantar a cana implica em problemas, como a fragmentação interna nos assentamentos entre os que plantam ou não, incluindo-se brigas e violência física. Além de trazer um forte risco de arrendamento da terra, inúmeros problemas relacionados às queimadas e aos demais métodos produtivos afetam diretamente a população assentada em seu espaço de moradia.

Em entrevista com Luiz Fernando Pigari Baptista, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Taquarussu/MS, em 12 de novembro de 2007, pudemos saber que a área da usina é formada pelas fazendas Bandeirantes, São Domingos, Rincão do Pau d'Alho, em Taquarussu, além de haver outra sediada em Batayporã.

Parece-nos que o Estado, ao lado dos proprietários rurais, sobretudo os grandes e médios produtores e os empresários rurais e urbanos, não vê, ou melhor, prefere não ver que a questão central não

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 18 de março de 2008.

está na troca de um produto por outro, como, por exemplo, da pastagem ou da soja pela cana-de-açúcar ou mesmo do eucalipto, mas sim na mudança da base da produção e das relações de trabalho empreendidas no território do capital.

Ao fazermos uma reflexão mais ampla dos meios pelos quais as unidades produtivas buscam garantir seu estoque de terras, vimos que existem preocupações por parte de segmentos do agronegócio em garantir a propriedade da terra, como podemos ver, no caso da companhia Adecoagro<sup>9</sup>, que possui empreendimento em Angélica/MS, denominado usina de açúcar e álcool Angélica Agroenergia<sup>10</sup>, e que está em fase de instalação de usina em Ivinhema, denominada Ivinhema Agroenergia, conforme pudemos apreender, em trabalho de campo realizado nesse município, em novembro de 2007. Serão investidos, até 2014, cerca de R\$ 600 milhões, tendo em vista a construção da unidade produtiva e demais operações relativas a sua territorialização e funcionamento, sendo que a mesma deverá estender o plantio da cana-de-açúcar por uma área de aproximadamente 40 mil hectares<sup>11</sup>.

A Adecoagro possui 225 mil hectares de terras próprias, entre Argentina, Brasil e Uruguai, dos quais 30 mil hectares estão no Brasil. No tocante aos projetos em curso, no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme matéria publicada pela *Revista Fator Brasil*, em 5 de junho de 2007<sup>12</sup>, a pretensão é ocupar área de 150 mil hectares, a partir de três unidades produtivas de açúcar e álcool. Em se tratando

---

<sup>9</sup> A Adecoagro, criada em 2002, desde 2004 está no Brasil, por meio da Adeco Agro, a qual adquiriu diversas propriedades em Estados como Bahia, Tocantins e Mato Grosso do Sul, objetivando a expansão dos seus negócios e atividades, que estão especificamente voltados ao agronegócio canavieiro, uma vez que é premente o interesse em participar do mercado do álcool e açúcar. Devemos destacar, ainda, que a primeira aquisição da companhia, no âmbito canavieiro do Brasil, foi realizada em 2005, envolvendo a usina Monte Alegre, localizada em Minas Gerais.

<sup>10</sup> O referido projeto iniciou-se em março de 2006, com a implantação de viveiros de mudas e a construção de uma usina de processamento, a qual terá capacidade de moagem de 3.5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, sendo que a pretensão da companhia é alcançar a marca de 11 milhões de toneladas de cana-de-açúcar até 2015, com a expansão de seus negócios, que incluem a unidade de Ivinhema/MS.

<sup>11</sup> Cf. matéria intitulada “Usina injeta R\$ 600 mi em Ivinhema para agroenergia”, publicada em 08/04/2008 pelo Jornal Diário MS. Acesso em: 09 abr. 2008.

<sup>12</sup> Para mais detalhes, consultar o site [http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver\\_noticia.php?not=11705](http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=11705). Acesso em 22 dez. 2007.

da unidade Angélica Agroenergia, já em funcionamento, constatamos a compra pelo grupo investidor de 5 mil hectares, além de 8 mil hectares arrendados para expansão da gramínea, a partir de um viveiro de mudas de cerca de 800 hectares.

Em Sonora, onde se situa a Cia. Sonora Estância – segundo nos informou Antonio de Oliveira Neto, presidente do STR local – a totalidade das terras são próprias, bem como a cana-de-açúcar. Contudo, o mesmo destaca que a área é pouco expressiva, já que a empresa moe cerca de 7 mil toneladas a cada 24 horas. Podemos dizer que essa realidade está mudando, na medida em que a empresa tem ampliado os seus canaviais, uma vez que o seu objetivo é expandir 20% sua produção em relação à safra 2007/08, alcançando a moagem de 3.000.000 toneladas de cana-de-açúcar. Tal operação, segundo texto publicado em 29 de maio de 2007<sup>13</sup>, será realizada em três fases: 1.500.000, 2.250.000 e 3.000.000 toneladas de cana-de-açúcar por safra. Aliás, sobre esse aspecto, vimos que a área com cana-de-açúcar do município de Sonora, nos três últimos anos, expandiu-se lentamente, atingindo a marca de 14.877 (2005), 15.132 (2006) e, na safra 2007/08, chegou a ter 15.495 hectares plantados<sup>14</sup>.

Nesse cenário, verificamos a possibilidade, no Mato Grosso do Sul, após o surto inicial da expansão da cana-de-açúcar e da implantação de unidades produtoras de açúcar e álcool, de um redirecionamento dos futuros projetos de instalação de usinas para porções ainda menos exploradas do Estado, que, por condições naturais e econômicas menos favoráveis, ainda não foram alvo dos investidores, a exemplo de algumas regiões do leste e centro-norte, sem contar a emblemática porção do Pantanal.

Assim, o que se observa é mais uma justificativa para usurpar dos pequenos e médios proprietários rurais a sua fonte de renda e de trabalho, e, na contramão disso, permitir a subtração da renda da terra pelos capitalistas famintos e ansiosos em arrecadar terras para sua empreitada rumo à acumulação de capitais. É nesse sentido que

---

<sup>13</sup> Trata-se de matéria intitulada “A usina Sonora inicia o seu ciclo de crescimento”. Acesso em: 12 de janeiro de 2008. Para maiores detalhes, consultar o site [http://www.engusugar.com.br/noticias/noticias\\_29\\_05\\_07.php](http://www.engusugar.com.br/noticias/noticias_29_05_07.php).

<sup>14</sup> Conforme informações disponibilizadas pelo Canasat (INPE). Acesso em: 10 jan. 2008.

nos preocupa também a aquisição de terras por particulares, principalmente por empresas estrangeiras, as quais, associadas ao capital nacional, percebem-se sem barreiras para incorporar novas glebas ao seu patrimônio.

Dessa forma, confirma-se a assertiva de Marx (2006, p. 94), para quem os “grandes industriais buscarão adquirir grandes propriedades agrárias de modo a tentar conseguir de forma direta, e não de segunda mão, pelo menos uma parte das matérias-primas indispensáveis para a sua indústria”.

Segundo Oliveira (2001, p. 24), “nas usinas ou destilarias, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa, para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias-frias”.

Sobre esses sujeitos e sua trajetória de expropriação, D’Incao (1984, p. 09) destaca a impossibilidade de se pensar os mesmos como um todo homogêneo:

Eles existem de formas diferenciadas que vão desde o pequeno produtor insuficiente, que complementa a sua renda assalariando-se nas empresas agrícolas, até o trabalhador totalmente expropriado da terra e residente na cidade, cuja única alternativa de sobrevivência é o assalariamento nos períodos de pico de demanda de força de trabalho na agricultura e os pequenos “bicos” que consegue nos períodos de entressafra.

Observe-se o ponto de vista da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), expresso em contato com Eduardo Corrêa Riedel, vice-presidente da referida entidade de classe<sup>15</sup>:

A Famasul enxerga com bons olhos a participação do setor sucro-alcooleiro no Estado, uma vez que gera oportunidades de renda ao produtor rural, e este é um dos nossos principais focos. Estamos trabalhando no sentido de fazer com que o produtor tenha participação efetiva neste processo de desen-

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 14 de novembro de 2007, por e-mail.

volvimento do setor e possa estar crescendo junto com ele, não apenas arrendando terras, mas principalmente participando ativamente do plantio e entrega do produto.

Ao inquirirmos sobre um possível avanço do capital canavieiro sobre as áreas de pastagens e demais cultivares no Estado, Riedel argumenta:

Não temos muito receio da ocupação de espaço desta nova atividade em detrimento de outras culturas, e na verdade isto é saudável que ocorra dentro de certos limites. O MS tem 25 milhões de ha de pastos e 2 milhões de ha de agricultura (aproximados), e para esta safra irá cultivar 260 mil ha de cana, com previsão para em 2015 estar com 1 milhão de ha da cana, de maneira que não haverá a substituição na escala que se comenta. Uma preocupação que nós temos é que o setor tenha um crescimento pautado pela consciência ambiental e trabalhista e atuamos também no sentido de estimular esta situação. (ibidem).

Devemos estar atentos, nesse sentido, para a configuração do espaço agrário do Brasil, pois nos parece importante analisar as transformações que ocorreram na estrutura fundiária brasileira, tendo em vista que existe uma relação entre o acesso à terra pelos sujeitos, a expropriação camponesa<sup>16</sup> e o aumento das áreas com lavoura temporária.

Isto é particularmente necessário, porque temos assistido, nos últimos anos, a um maior acesso à terra, fruto principalmente da luta dos camponeses através dos movimentos sociais que defendem a possibilidade de retirar da terra os seus meios de sobrevivência, sendo que, ao mesmo tempo em que ocorre a despossessão dos mesmos, em algumas áreas do território nacional, acontece a sua recriação em outras porções do país – isto é, o campesinato contraditoriamente se refaz, como ressalta Oliveira (2001). Por outro lado, vimos a expan-

---

<sup>16</sup> Marx (1987) salienta que esse processo se faz desde os fins do século XIV e, fundamentalmente no século XV, a partir do momento em que ocorre o fim da servidão, a dissolução das relações feudais, dando origem ao modo capitalista de produção, que tem na expropriação dos meios de produção por parte dos camponeses uma das bases para a apropriação da sua força de trabalho.

são das áreas de agricultura modernizada baseada na intensa mecanização do território, a qual, segundo já observamos, tem sua expressão no agronegócio e suas mazelas.

**Tabela 1:** Condição do produtor e utilização das terras no Brasil.

Brasil: Confronto dos resultados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96					
Características	1970	1975	1980	1985	1995/96
Estabelecimentos	4.919.089	4.993.251	5.139.850	5.802.206	4.859.865
Utilização das Terras (mil ha)					
Proprietário	62.9	64.1	65.7	64.6	74.2
Arrendatário	12.9	11.4	11.4	9.9	5.5
Parceiro	7.7	6.0	6.2	7.7	5.7
Ocupante	16.5	18.5	16.8	17.8	14.6
Utilização das Terras (mil ha)					
Área Total	294.116	323.894	364.853	374.925	353.611
Lavoura Permanente	7.976	8.385	10.472	9.903	7.542
Lavoura Temporária	12.911	15.320	19.265	42.244	34.253
Lavoura em Descanso	-	2.206	8.914	10.663	8.310
Pastagem Natural	103.573	125.951	113.897	105.094	78.048
Pastagens Plantadas	29.909	39.701	60.602	74.094	99.652
Matas Naturais	56.221	67.858	83.152	83.017	88.898
Matas Plantadas	1.658	2.889	4.991	5.967	5.396
Produtivas Não Utilizadas	33.404	30.637	24.796	24.519	16.360
Área Média (ha)	59.8	64.9	70.7	64.6	72.8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96/SPA/MAPA.

Em relação à condição do produtor (Tabela 1), ocorreu o aumento dos proprietários e diminuiu o percentual de arrendatários, parceiros e ocupantes no país, entre os anos 1970 e 1995/96; paralelamente, o número de estabelecimentos diminuiu sensivelmente, após um período de elevação entre os anos de 1975/85.

Por outro lado, quanto à utilização das terras, no Brasil, percebemos que a área total saltou de 294.116 para 353.611, a la-

voura permanente sofreu uma pequena queda, depois de um período de ascensão, enquanto a lavoura temporária cresceu em termos absolutos, entre 1970 e 1995/96, embora se tenha retraído, no último período.

Nesse contexto, diminuiu a área destinada à pastagem natural, enquanto aumentou significativamente aquelas plantadas, bem como se ampliaram as áreas com matas naturais, que saltaram de 56.221, em 1970, para 88.898, em 1995/96.

Vejamos também a realidade de Mato Grosso do Sul, no que tange à estrutura fundiária, acompanhando os dados da Tabela 2.

**Tabela 2:** Condição do produtor e utilização das terras no Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul: Confronto dos resultados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96					
Características	1970	1975	1980	1985	1995/96
Estabelecimentos	-	57.853	47.943	54.631	49.423
Condição do Produtor (%)					
Proprietário	-	32.276	33.147	38.485	41.395
Arrendatário	-	8.945	5.719	6.511	2.874
Parceiro	-	5.904	3.114	2.745	458
Ocupante	-	10.728	5.963	6.890	4.696
Utilização das Terras (mil ha)					
Área Total	-	28.692.584	30.743.739	31.108.815	30.942.772
Lavoura Permanente	-	65.912	52.526	28.501	16.215
Lavoura Temporária	-	1.208.715	1.589.475	1.847.459	1.367.496
Lavoura em Descanso	-	37.594	140.057	195.762	118.185
Pastagem Natural	-	15.580.241	12.266.007	9.658.224	6.082.778
Pastagens Plantadas	-	5.213.256	9.068.931	12.144.529	15.727.930
Matas Naturais	-	3.956.343	4.209.148	4.170.597	5.696.659
Matas Plantadas	-	183.557	442.112	454.251	181.080
Produtivas Não Utilizadas	-	1.063.020	839.809	583.530	403.943

Fonte: IBGE, Censos.



No Estado de Mato Grosso do Sul, em particular, a estrutura fundiária demonstra um processo de concentração, que, segundo Teixeira (1989, p. 32), “agrava a questão agrária, gera tensões e conflitos”. Observa-se que, entre os anos de 1975 e 1996, diminuiu o número de estabelecimentos e concomitantemente dos arrendatários, parceiros e ocupantes, sendo que, na contramão disso, ocorre aumento do número de proprietários. Por outro lado, no tocante à utilização das terras, nota-se que se reduziu a proporção de lavouras permanentes, assim como das pastagens naturais, enquanto foram significativos os crescimentos em área da lavoura em descanso e das pastagens plantadas.

Para melhor dimensionar o processo de expansão canavieira e a concentração fundiária, no Mato Grosso do Sul, vejamos a utilização de terras, distribuída por municípios (Tabela 3).

**Tabela 3:** Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários segundo os municípios sul-mato-grossenses em 2006

Município	Total de estabelecimentos	Área (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Água Clara	531	736.061	102	29.135	391	457.486	374	141.310
Alcinópolis	507	326.875	53	7.215	423	213.943	413	78.984
Amambaí	885	320.628	424	44.947	674	194.039	533	77.554
Anastácio	930	225.593	327	7.227	883	166.805	669	44.242
Anaurilândia	636	182.545	171	5.062	600	154.999	211	27.186
Angélica	691	179.584	198	74.202	574	90.956	46	11.213
Antonio João	228	83.451	101	11.896	143	56.061	147	13.892
Aparecida do Taboado	673	225.661	221	18.413	579	142.725	422	60.200
Aquidauana	915	1.424.915	420	10.398	690	949.694	502	362.258
Aral Moreira	542	126.067	464	69.723	322	32.476	321	19.970
Bandeirantes	453	207.645	153	25.059	337	135.723	336	37.773
Bataguassu	729	160.358	431	9.583	665	124.057	69	24.315
Batayporã	740	141.814	222	9.151	660	100.438	199	22.503
Bela Vista	907	397.802	563	35.726	794	278.976	456	71.732
Bodoquena	681	207.960	250	2.444	646	139.543	484	55.059
Bonito	821	418.032	409	23.473	735	281.104	597	104.912
Brasilândia	797	400.879	171	5.663	735	296.371	358	91.349
Caarapó	831	149.163	597	56.177	605	72.757	359	16.407
Camapuã	729	439.235	111	12.642	644	304.566	610	97.561
Campo Grande	1.655	644.412	714	27.523	1.346	467.019	1.016	177.360
Caracol	403	239.154	242	41.538	290	138.058	291	56.273
Cassilândia	606	281.704	142	4.151	508	203.675	435	41.756

Município	Total de estabelecimentos	Área (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Chapadão do Sul	490	372.318	145	79.649	351	238.614	208	49.672
Corguinho	511	277.298	141	23.862	415	171.561	368	58.247
Coronel Sapucaia	229	64.939	82	16.293	159	41.866	68	6.172
Corumbá	1.649	4.030.851	653	19.911	1.322	3.164.314	1.327	568.537
Costa Rica	715	378.645	170	83.323	568	213.196	510	70.189
Coxim	656	490.365	247	18.419	542	397.982	482	121.426
Deodópolis	764	61.020	248	9.359	681	46.099	158	4.477
Dois Irmãos do Buriti	722	196.142	479	4.059	647	140.382	492	46.418
Douradina	181	19.879	101	10.777	110	7.207	73	1.479
Dourados	2.052	287.090	1.324	122.499	1.138	117.474	980	152.208
Eldorado	425	83.471	234	9.476	371	63.925	87	4.254
Fátima do Sul	1.083	24.121	668	12.485	551	9.767	163	838
Figueirão	461	242.322	21	2.033	275	166.005	285	69.866
Glória de Dourados	885	46.053	395	3.623	844	38.967	268	2.404
Guia Lopes de Laguna	598	105.821	524	10.238	529	72.545	275	20.388
Iguatemi	827	223.204	514	20.423	785	181.710	202	32.856
Inocência	767	312.898	86	11.876	556	218.797	440	61.106
Itaporã	863	93.321	671	53.279	442	27.481	317	9.665
Itaquiraí	1.936	164.858	1.126	24.678	1.792	103.602	193	27.298
Ivinhema	1.474	215.081	1.088	17.162	1.041	224.292	179	28.231
Japorã	751	33.936	658	3.964	487	27.479	67	2.217
Jaraguari	1.024	218.006	324	3.765	901	165.576	603	45.816
Jardim	436	186.082	392	2.919	363	144.280	240	34.426
Jateí	505	99.339	181	10.217	452	74.589	230	12.648
Juti	287	122.177	113	20.833	236	81.547	128	17.295
Ladário	226	17.472	209	451	212	10.350	179	5.562
Laguna Carapã	385	176.469	262	75.170	212	65.883	189	33.403
Maracaju	823	410.550	551	256.781	517	154.312	405	51.393
Miranda	435	384.899	173	4.635	390	269.009	214	89.852
Mundo Novo	629	26.435	511	4.353	508	16.772	203	2.561
Naviraí	534	164.231	245	33.161	387	110.462	121	18.785
Nioaque	1.937	312.511	1.392	3.536	1.774	251.358	1.055	48.440
Nova Alvorada do Sul	998	336.040	306	35.271	809	229.989	322	67.285
Nova Andradina	2.414	1.152.332	536	22.594	2.018	960.185	1.089	154.317
Novo Horizonte do Sul	658	67.348	501	5.303	564	50.672	225	10.600
Paranaíba	1.517	418.570	580	7.326	1.355	319.490	973	52.030

Município	Total de estabelecimentos	Área (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
Paranhos	326	104.027	166	5.459	307	82.230	128	14.206
Pedro Gomes	634	225.796	211	5.471	510	165.168	451	52.275
Ponta Porá	3.709	416.857	3.368	127.271	3.195	227.948	459	54.683
Porto Murtinho	489	1.221.663	46	28.061	439	930.253	291	253.093
Ribas do Rio Pardo	1.059	1.170.021	144	19.297	826	788.974	758	265.225
Rio Brillante	1.234	317.727	576	137.691	915	115.992	241	53.131
Rio Negro	508	144.978	37	3.781	464	111.041	245	29.586
Rio Verde de Mato Grosso	823	628.788	282	11.519	708	465.500	580	136.648
Rochedo	621	109.173	165	661	484	82.020	393	21.910
Santa Rita do Pardo	1.010	479.812	318	11.571	944	355.112	331	83.216
São Gabriel do Oeste	645	282.952	308	83.012	430	139.988	364	56.105
Selvíria	393	217.172	73	1.706	319	163.732	252	39.404
Sete Quedas	266	108.875	102	8.063	224	74.179	137	12.806
Sidrolândia	2.276	346.216	1.140	61.276	2.068	223.885	605	45.648
Sonora	308	266.936	152	61.424	266	145.930	163	52.677
Tacuru	267	156.355	121	23.182	211	113.730	113	19.434
Taquarussu	214	62.249	96	16.075	185	39.515	27	5.056
Terenos	2.281	216.101	1.191	9.349	2.103	174.859	685	28.774
Três Lagoas	4.533	3.400.500	990	87.318	3.860	2.323.578	2.538	691.057
Vicentina	683	24.049	461	6.050	468	16.526	161	1.038

Fonte: IBGE, 2006.

Org.: AZEVEDO, J.R.N. de (2008)

Verificamos, através da Tabela 3, a ocorrência de uma diversidade de situações no Mato Grosso do Sul, referente à distribuição da terra e sua ocupação. Quanto às áreas de lavouras, por exemplo, chamamos a atenção justamente o número de estabelecimentos de cinco municípios: Ponta Porã (3.368), Nioaque (1.392), Dourados (1.324), Itaquiraí (1.126) e Ivinhema (1.088), o que nos revela de antemão o “peso” da atividade agrícola no local. Tal aspecto é bastante preocupante, na medida em que ocorre a expansão canavieira no Estado, sobretudo, com a implantação de nada menos que seis agroindústrias, na área.

Outro aspecto singular diz respeito aos estabelecimentos destinados à pastagem, em que se sobressaem os municípios de Três La-

goas (3860), Ponta Porã (3.195), Terenos (2.103), Sidrolândia (2.068) e Nova Andradina (2.018), os quais estão vinculados diretamente à agroindústria canavieira e à produção de biodiesel. Já em relação aos estabelecimentos com matas e florestas, verificamos a preponderância de Três Lagoas (2.538), seguido por Corumbá (1.327), Nova Andradina (1.089), Nioaque (1.055) e Campo Grande (1.016).

Tais elementos se ligam diretamente à conjuntura de procura por terras destinadas à atividade canavieira, pois, para ampliar a área com cana-de-açúcar, necessariamente teremos a diminuição dos referidos estabelecimentos rurais, sobretudo aqueles voltados à pastagem.

Nesse sentido, em artigo da *Folha de S. Paulo*, publicado em 15 de abril de 2007, intitulado “Euforia com expansão de álcool atrai especuladores”<sup>17</sup>, argumenta-se que têm ocorrido contratos de pré-arrendamento em vários Estados do país, com vista a garantir o plantio da cana-de-açúcar alardeado pela expansão de capitais no setor canavieiro.

Para Gonçalves (2007, p. 14), em Mato Grosso do Sul seria interessante o arrendamento de áreas pelos assentados, porque se configura como mais lucrativo; vejamos um trecho do seu depoimento:

Tomara que os assentados plantem tudo cana [...] aqui o INCRA não deixa, porque [...] tem usina do lado de assentamento, em Sidrolândia eu acho que ele tá fazendo uma burrada, o cara pega um 10 hectares e pega metade mais ou menos, ele tem a ponta da cana para dar para o boi, não é só [...], pode fazer rapadura, mil coisas e outra, tem que produzir o que dá dinheiro, não é plantar feijão, feijão é melhor ele ir no mercado e comprar, pode perguntar para qualquer produtor se compensa, ele vai falar para você que não compensa, porque tem que produzir em escala.

Nessa perspectiva, destacam-se alguns municípios como Costa Rica, no qual, devido à territorialização de agroindústria canavieira, vigoram contratos de arrendamento individuais de 110 produtores rurais que, num mesmo bloco, firmaram o arrendamento de uma área de 40 mil hectares destinada ao plantio da gramínea.

---

<sup>17</sup> Acesso em: 8 out. 2007.

Trata-se do grupo Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável<sup>18</sup> – responsável pela instalação de unidade produtora na área, localizada na fazenda Triunfo, que abrange 470 hectares e dista 8 km da sede de Costa Rica, que, conforme nos assinalou Daiane Teodoro, do STR local, em 11 de janeiro de 2008, “tem na agricultura e pecuária suas principais atividades econômicas”.

Vale ressaltar que, do ponto de vista do STR, a instalação da unidade será importante na geração de empregos para a população local, uma vez que a expectativa é o oferecimento de 2 mil oportunidades de emprego na agroindústria; entretanto, sua representante disse que ainda não tem maiores informações a respeito do empreendimento, dado o caráter inicial do mesmo. A referida unidade terá investimento de R\$ 400 milhões e formará um núcleo de produção com o município vizinho de Paranaíba, que receberá mais duas unidades da planta agroindustrial canavieira, congregando investidores brasileiros e norte-americanos e somando mais de 800 milhões, considerando a moagem de 6,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e a produção de 600 milhões de litros de álcool anidro por safra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental considerarmos as relações que se estabelecem no campo em virtude da territorialização do capital, que para desenvolver suas atividades produtivas demandam o controle sobre a terra, seja diretamente pela compra/aquisição de glebas ou mesmo indiretamente pela parceria e/ou arrendamento.

Entendemos, nesse sentido, que a expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul é parte de um processo amplo que se espacializa em diferentes lugares do planeta, mas cujo ápice pode ser visto, sobretudo, nos países que têm sua balança comercial voltada ao agronegócio e que é consolidado, por sua vez, mediante o processamento de diferentes matérias-primas. Em se tratando do Brasil, temos o domínio crescente da atividade canavieira, a qual passa a

---

<sup>18</sup> O grupo em questão pretende se configurar como um dos maiores produtores de álcool do país, trabalhando para possuir 10 usinas até 2015, com produção de 3.8 bilhões de litros de álcool. Vale ressaltar que a empresa tem investimentos em curso ainda nos Estados de Goiás e de Mato Grosso.

se territorializar em áreas tradicionalmente ligadas à pecuária, tal como no caso do Mato Grosso do Sul.

Do ponto de vista da área de abrangência com a cultura, vimos que a mesma manteve uma performance que correspondia à capacidade instalada de produção, baseada em terras próprias, arrendadas e de fornecedores, todavia com participação maior dos fornecedores de cana-de-açúcar.

Notamos a presença de inúmeros grupos investidores nacionais e internacionais, com vistas à participação no agronegócio canavieiro, o qual investe sozinho ou através da associação de capitais com grupos nacionais regionais, estando diretamente associado com as possibilidades de lucro, uma vez que Mato Grosso do Sul possui o receituário ideal para tal êxito, isto é: a) estoque de terras para sustentar a expansão da atividade canavieira; b) preço da terra mais atrativo do que em Estados tradicionalmente produtores de cana-de-açúcar; c) organização sindical frágil e ainda em consolidação, no Estado de Mato Grosso do Sul, em especial no caso da cana-de-açúcar; d) interesse expresso pelas entidades públicas e privadas em sediar empreendimentos de natureza agroindustrial, tendo em vista a tão almejada industrialização do Estado etc.

Destarte, expansão da atividade canavieira é uma realidade no Estado do Mato Grosso do Sul. Percebemos a ampliação das unidades processadoras antigas, principalmente no tocante às agroindústrias produtoras de álcool, que passam a produzir também o açúcar e, concomitantemente, a implantação de inúmeras usinas na maior parte da sua área, sobretudo nas porções de terras férteis, localizadas no sul de Mato Grosso do Sul. No entanto, a referida expansão também se amplia nas áreas de pastagens que, por sua natureza degradada e pouco lucrativa, passa a ser presa fácil para os empresários canavieiros interessados em ampliar a sua participação no cenário produtivo.

## REFERÊNCIAS

- D'INCAO, M. C. **Qual é a questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 11, p. 49-61, 2007.

GONÇALVES, W. R. **Secretaria do Estado de desenvolvimento agrário, de produção, da indústria, do comércio e do turismo** – Seprotur. Campo Grande, 23 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006** (resultados preliminares). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Bertrand Brasil/Difel, 1987. v. II.

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 21, 2003.

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canieira do Brasil. *Revista Reforma Agrária (ABRA)*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 35-66, 2007.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. **Alavanca Bioenergia**. Nova Alvorada do Sul/MS. Julho de 2008.

TEIXEIRA, M. A. As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados. São Paulo: [s.n.], 1989.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar (Elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classes no Brasil). *JORNADA DO TRABALHO*, 3., 2007, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: [s.n.], 2007. CD ROM.

VASCONCELOS, P. A. **Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool do Mato Grosso do Sul** - Sindal. Campo Grande, 19 p., julho de 2007. (Transcrição mimeografada).

Recebido em 11/11/2008.

Aprovado para publicação em 18/04/2009